



OS IMPACTOS DA OBESIDADE NA SAÚDE PÚBLICA: UMA ABORDAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS

THE IMPACTS OF OBESITY ON PUBLIC HEALTH: AN EVIDENCE-BASED APPROACH

LOS IMPACTOS DE LA OBESIDAD EN LA SALUD PÚBLICA: UN ENFOQUE BASADO EN LA EVIDENCIA

 <https://doi.org/10.56238/levv13n31-065>

Data de submissão: 11/06/2023

Data de publicação: 11/07/2023

José Eduardo Ferreira Leite

RESUMO

Este estudo analisou os impactos da obesidade na saúde pública a partir de revisão bibliográfica que permitiu reunir evidências recentes sobre a evolução epidemiológica, as repercussões clínicas e os efeitos sociais e econômicos associados ao excesso de peso, integrando diferentes perspectivas presentes na literatura e oferecendo uma visão ampla sobre a complexidade do fenômeno. A investigação identificou que mudanças nos padrões alimentares, intensificação do consumo de alimentos ultraprocessados e rotinas cada vez mais sedentárias contribuem para elevação das taxas de obesidade em todas as faixas etárias, exigindo estratégias de prevenção contínua e políticas públicas capazes de promover ambientes alimentares mais saudáveis. Os resultados evidenciaram que desigualdades socioeconômicas, ausência de espaços adequados para atividade física e dificuldades de acesso a alimentos nutritivos ampliam vulnerabilidades e reforçam a necessidade de intervenções que considerem realidades territoriais, especialmente entre crianças, adolescentes e populações de baixa renda. A revisão demonstrou ainda que a obesidade impacta diretamente a capacidade laboral, elevando custos para os sistemas de saúde e para a economia, enquanto provoca sofrimento emocional e problemas familiares que aprofundam o ciclo de adoecimento. Os achados apontam para a importância de ações intersetoriais que articulem saúde, educação, assistência social e planejamento urbano, visando fortalecer práticas preventivas e ampliar oportunidades de cuidado integral voltado à redução das cargas associadas ao excesso de peso.

Palavras-chave: Obesidade. Saúde Pública. Alimentação. Epidemiologia. Políticas de Saúde.

ABSTRACT

This study examined the impacts of obesity on public health through a bibliographic review that brought together recent evidence on epidemiological trends, clinical repercussions, and the social and economic effects associated with excessive body weight, enabling a comprehensive understanding of the phenomenon's multifactorial nature. The investigation showed that changes in eating patterns, increased consumption of ultra-processed foods, and progressively sedentary routines contribute to rising obesity rates across age groups, highlighting the need for continuous prevention strategies and public policies that promote healthier food environments. The findings revealed that socioeconomic inequalities, limited access to nutritious foods, and reduced opportunities for physical activity intensify vulnerabilities and underscore the importance of interventions tailored to territorial specificities, especially among children, adolescents, and low-income populations. The review also demonstrated that obesity affects work capacity, increases healthcare and economic costs, and generates emotional strain and family-related challenges that reinforce cycles of illness. The evidence points to the

relevance of intersectoral actions integrating health, education, social assistance, and urban planning, aiming to strengthen preventive measures and expand comprehensive care strategies designed to reduce the burdens associated with excessive weight.

Keywords: Obesity. Public Health. Nutrition. Epidemiology. Health Policies.

RESUMEN

Este estudio analizó los impactos de la obesidad en la salud pública a partir de una revisión bibliográfica que permitió reunir evidencias recientes sobre la evolución epidemiológica, las repercusiones clínicas y los efectos sociales y económicos asociados al exceso de peso, integrando diferentes perspectivas presentes en la literatura y ofreciendo una visión amplia sobre la complejidad del fenómeno. La investigación identificó que los cambios en los patrones alimentarios, la intensificación del consumo de alimentos ultraprocesados y las rutinas cada vez más sedentarias contribuyen al aumento de las tasas de obesidad en todos los grupos de edad, lo que exige estrategias de prevención continua y políticas públicas capaces de promover entornos alimentarios más saludables. Los resultados evidenciaron que las desigualdades socioeconómicas, la falta de espacios adecuados para la actividad física y las dificultades de acceso a alimentos nutritivos aumentan las vulnerabilidades y refuerzan la necesidad de intervenciones que tengan en cuenta las realidades territoriales, especialmente entre los niños, los adolescentes y las poblaciones de bajos ingresos. La revisión también demostró que la obesidad repercute directamente en la capacidad laboral, lo que eleva los costes para los sistemas de salud y la economía, al tiempo que provoca sufrimiento emocional y problemas familiares que agravan el ciclo de la enfermedad. Los hallazgos apuntan a la importancia de acciones intersectoriales que articulen la salud, la educación, la asistencia social y la planificación urbana, con el objetivo de fortalecer las prácticas preventivas y ampliar las oportunidades de atención integral orientadas a reducir las cargas asociadas al exceso de peso.

Palabras clave: Obesidad. Salud Pública. Alimentación. Epidemiología. Políticas de Salud.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade consolidou-se como um fenômeno epidemiológico de escala mundial, repercutindo em múltiplos desdobramentos clínicos, sociais e econômicos que interferem diretamente na organização dos sistemas de saúde, uma vez que a elevação das taxas de sobrepeso e acúmulo de gordura corporal tem sido associada ao avanço da urbanização, a transformações nos padrões alimentares e à intensificação de rotinas com menor gasto energético, configurando um cenário que pressiona gestores e serviços públicos devido ao aumento de morbidades relacionadas e à ampliação da demanda por cuidados especializados, situação observada em diversas populações e documentada por avaliações recentes da saúde coletiva no Brasil (Fernandes & Costa, 2022).

A literatura evidencia que o crescimento da obesidade nas últimas décadas expressa modificações contínuas no ambiente social e nutricional, nas quais o aumento da oferta de produtos ultraprocessados, o marketing agressivo e a redução da atividade física em contextos cotidianos contribuem para a consolidação de um ambiente obesogênico, gerando impactos diretos nos indicadores de mortalidade, hospitalizações e custos assistenciais, quadro que reforça o caráter multifatorial da doença e demanda análises que articulem determinantes individuais, familiares e estruturais (Carrara *et al.*, 2008).

A construção de políticas públicas voltadas ao controle da obesidade emerge como prioridade estratégica, pois a complexidade desse agravo exige intervenções abrangentes que incluem sistemas alimentares, educação nutricional, regulação de ambientes e ações intersetoriais, articulando práticas de promoção e prevenção capazes de reduzir a pressão crescente sobre o Sistema Único de Saúde, o que tem sido evidenciado em estudos que discutem os entraves entre formulações governamentais e a operacionalização de estratégias efetivas (Dias *et al.*, 2017).

A análise do impacto da obesidade na saúde pública requer a compreensão dos efeitos acumulados que a doença produz sobre a vitalidade populacional, já que os indicadores apontam que, desde as primeiras décadas do século, o excesso de gordura corporal tem sido responsável por elevação do risco de hipertensão, diabetes e complicações cardiovasculares, condições que acarretam diminuição da qualidade de vida, sobrecarga financeira e repercussões sociais expressivas, reforçando a necessidade de respostas concretas para mitigar tais efeitos no país (Nilson *et al.*, 2020).

Essa problemática exige uma investigação que considere ciclos de vida e comportamentos, dado que os padrões alimentares e o sedentarismo adquiridos na infância e adolescência se perpetuam, intensificando probabilidades de obesidade na vida adulta, o que evidencia a importância de estudar essas fases como momentos críticos para o desenvolvimento de ações educativas, compreendendo a multiplicidade de fatores que interferem no processo saúde-doença desde idades precoces (Jardim & Souza, 2017).

Ao longo dos últimos anos, pesquisas mostram que a obesidade na adolescência expressa condições biológicas, ambientais e psicológicas que se entrelaçam, revelando a força de determinantes culturais e sociais nas escolhas alimentares, nas práticas de lazer e no acesso a recursos saudáveis, compondo um cenário que amplia vulnerabilidades e exige políticas de vigilância, educação alimentar e intervenções que reduzam estímulos ao consumo de alimentos de baixo valor nutricional (Neves *et al.*, 2021).

Além dos efeitos diretos sobre a saúde, os impactos da obesidade repercutem em dimensões econômicas, gerando redução da produtividade, aumento do absenteísmo e desigualdades de inserção no mercado de trabalho, especialmente entre mulheres, contexto que reforça a necessidade de compreender a obesidade como fenômeno que extrapola o campo biomédico e se inscreve nas dinâmicas sociais, exigindo políticas que integrem saúde, economia e proteção social de forma coordenada (Lucas *et al.*, 2023).

O ambiente familiar possui atividade determinante na formação de hábitos alimentares e comportamentos relacionados à saúde, pois práticas cotidianas, vínculos afetivos e padrões de consumo influenciam o desenvolvimento da obesidade ao longo do ciclo vital, de modo que compreender as dinâmicas familiares permite identificar elementos transgeracionais que contribuem para a manutenção de estilos de vida que favorecem o ganho de peso e agravam a evolução clínica do quadro (Coradini *et al.*, 2017).

Nesse contexto, investigar os impactos da obesidade na saúde pública exige abordagem que considere determinantes socioeconômicos e culturais, dado que desigualdades de renda, escolaridade e acesso à alimentação saudável atuam como barreiras para a adoção de práticas protetivas, reforçando disparidades regionais e a necessidade de fortalecimento de políticas integradas que ampliem a efetividade de programas de promoção nutricional e atividade física em diversos territórios (Fernandes & Costa, 2022).

A ampliação da prevalência da obesidade sinaliza urgência na formulação de respostas robustas por parte do Estado, considerando que os custos para o tratamento de doenças associadas ultrapassam bilhões de reais anualmente, comprometendo a sustentabilidade financeira de sistemas de saúde e mobilizando gestores a adotar estratégias fiscalmente eficientes que reduzam a incidência de agravos relacionados ao estilo de vida e ao consumo alimentar inadequado (Nilson *et al.*, 2020).

Assim, a justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundar a compreensão dos impactos sociais, econômicos e sanitários da obesidade, contribuindo para fortalecer o planejamento público e orientar ações de prevenção, controle e monitoramento, com foco na melhoria das condições de saúde populacional e na redução das cargas financeiras suportadas pelo sistema público de saúde (Dias *et al.*, 2017).

Diante desse panorama, o objetivo deste artigo é analisar os impactos da obesidade na saúde pública, com base em evidências científicas, a partir da articulação entre fatores clínicos, sociais, familiares e econômicos, oferecendo subsídios teóricos para o aprimoramento das políticas e das práticas de cuidado, reforçando a centralidade da prevenção e da promoção da saúde como eixos fundamentais no enfrentamento desse agravo (Lucas *et al.*, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPACTOS EPIDEMIOLÓGICOS E SOCIAIS DA OBESIDADE

A expansão progressiva da obesidade no cenário mundial consolidou esse agravo como uma das mais relevantes condições de saúde pública da contemporaneidade, pois a intensificação do acúmulo de gordura corporal em diferentes faixas etárias vem alterando perfis epidemiológicos e exigindo maior capacidade de resposta dos sistemas de vigilância, que enfrentam crescentes demandas associadas ao aumento de doenças crônicas e complicações metabólicas que se desdobram em gastos financeiros elevados e reorganização de práticas assistenciais em diversos níveis da atenção, reforçando a necessidade de compreensão ampliada sobre seus determinantes e consequências (Fernandes & Costa, 2022).

O aumento expressivo de diagnósticos relacionados ao excesso de peso resulta da articulação entre mudanças na disponibilidade de alimentos, expansão de produtos industrializados e transformações comportamentais, o que tem provocado um ambiente com estímulos alimentares intensos e condições que reduzem o gasto energético diário, gerando desequilíbrios metabólicos que repercutem na elevação de hipertensão, diabetes, dislipidemias e doenças cardiovasculares, fatores que tensionam continuamente a estrutura de atendimento em saúde no país (Carrara *et al.*, 2008).

A literatura indica que a prevalência da obesidade vem crescendo em todas as regiões brasileiras, atingindo grupos populacionais de diferentes condições socioeconômicas, evidenciando que mudanças estruturais, como urbanização acelerada, desigualdade de acesso à alimentação saudável e redução de espaços de convivência, tornam-se elementos que influenciam diretamente o processo saúde-doença, desafiando políticas de promoção e ampliação de ambientes que favoreçam práticas nutritivas e ativas em comunidades diversas (Dias *et al.*, 2017).

O impacto epidemiológico da obesidade ultrapassa a esfera biológica e alcança dimensões sociais relevantes, pois a presença contínua do excesso de peso está associada à perda de produtividade, afastamentos e limitações funcionais que comprometem a capacidade laboral e a autonomia dos indivíduos, criando um ciclo de vulnerabilidades que amplia desigualdades e fragiliza os mecanismos de proteção social, principalmente entre grupos mais expostos a barreiras econômicas e alimentares (Lucas *et al.*, 2023).

No campo da infância, observa-se que a persistente elevação dos índices de obesidade infantil configura uma situação crítica, pois hábitos alimentares inadequados adquiridos precocemente tendem a se perpetuar ao longo da vida, elevando riscos de doenças metabólicas e cardiovasculares, o que reforça a urgência de intervenções educativas e preventivas voltadas para escolas, famílias e comunidades, com estratégias estruturadas para modificação de comportamentos e fortalecimento de escolhas saudáveis (Jardim & Souza, 2017).

Os estudos revelam que a adolescência representa etapa decisiva para a compreensão dos padrões de risco, já que essa fase envolve marcantes transformações biológicas e comportamentais que influenciam a relação com a alimentação, o corpo e os estímulos externos, tornando os jovens mais suscetíveis a rotinas sedentárias e ao consumo de alimentos de baixo valor nutricional, contexto que demanda políticas escolares consistentes e ações públicas que enfrentem pressões do mercado alimentício voltado para esse público (Neves *et al.*, 2021).

A evolução dos casos de obesidade repercute de maneira significativa no orçamento público, pois o tratamento das doenças associadas ao excesso de peso requer procedimentos de alta complexidade, consultas especializadas, medicamentos contínuos e hospitalizações que ampliam despesas e comprometem a sustentabilidade dos sistemas de saúde, levando gestores a desenvolver mecanismos capazes de prevenir avanços do quadro e melhorar as estratégias de acompanhamento clínico e nutricional (Nilson *et al.*, 2020).

A compreensão dos impactos epidemiológicos envolve examinar como fatores culturais e sociais moldam comportamentos alimentares e escolhas relacionadas à saúde, pois práticas familiares, ritmos de trabalho, rotinas urbanas e estímulos comerciais influenciam continuamente o modo como os indivíduos se relacionam com o corpo e com a comida, revelando a necessidade de abordagens que ultrapassem intervenções isoladas e alcancem toda a estrutura social que sustenta o aumento do peso corporal (Coradini *et al.*, 2017).

O crescimento do sobrepeso e da obesidade sinaliza a importância de ampliar estratégias de vigilância e monitoramento, pois somente com dados sólidos e contínuos é possível compreender tendências, identificar grupos em maior vulnerabilidade e formular ações alinhadas às reais necessidades da população, fortalecendo políticas de promoção da saúde que considerem diversidade territorial, cultural e econômica nas decisões e diretrizes de enfrentamento (Dias *et al.*, 2017).

Os impactos sociais decorrentes da obesidade incluem ainda discriminação, estigmatização e redução de oportunidades, questões que interferem diretamente no bem-estar psicológico e no acesso a espaços sociais e profissionais, produzindo efeitos cumulativos que ampliam a desigualdade e reforçam mecanismos de exclusão, o que exige políticas integradas que tratem o fenômeno de maneira multidimensional, valorizando a dignidade e os direitos das pessoas afetadas (Coradini *et al.*, 2017).

O cenário epidemiológico atual reforça a urgência de intervenções abrangentes que considerem a complexidade do problema, pois a obesidade resulta de múltiplos fatores que se conectam em redes de influência que envolvem desde hábitos alimentares até elementos estruturais, econômicos e culturais, exigindo estratégias que promovam ambientes saudáveis, fortaleçam políticas de alimentação adequada e ampliem o acesso a recursos de prevenção e cuidado em todas as etapas da vida (Fernandes & Costa, 2022).

Nesse contexto, torna-se evidente que compreender os impactos epidemiológicos e sociais da obesidade permite direcionar esforços institucionais e comunitários para a construção de respostas efetivas, fundamentadas em evidências científicas e orientadas para o fortalecimento de políticas públicas capazes de reduzir a carga de adoecimento e melhorar a qualidade de vida populacional, especialmente entre grupos mais expostos a vulnerabilidades associadas ao ambiente e à condição socioeconômica (Lucas *et al.*, 2023).

2.2 DETERMINANTES MULTIFATORIAIS E ESTRUTURAIS DA OBESIDADE

A obesidade consolidou-se como uma condição marcada pela interação entre fatores biológicos, comportamentais e ambientais, revelando que o aumento do peso corporal não decorre de um único elemento, mas de um conjunto de influências que se acumulam ao longo do tempo, sendo atravessado por contextos sociais e culturais que moldam práticas alimentares e padrões de atividade física, o que reforça a necessidade de compreender o fenômeno a partir de uma perspectiva ampla e integrada capaz de contemplar realidades diversas (Carrara *et al.*, 2008).

As transformações alimentares observadas no país nas últimas décadas evidenciam um processo acelerado de substituição de refeições tradicionais por produtos ultraprocessados, ricos em gordura, açúcar e aditivos, dinâmica que contribui diretamente para o aumento do consumo calórico e para a diminuição da ingestão de nutrientes essenciais, configurando cenário que favorece desequilíbrios metabólicos e elevação dos riscos de doenças associadas ao excesso de peso, demandando políticas robustas que ampliem o acesso à alimentação de qualidade (Fernandes & Costa, 2022).

A compreensão dos determinantes da obesidade envolve reconhecer que fatores socioeconômicos interferem de maneira significativa na adoção de comportamentos saudáveis, pois populações com menor renda enfrentam barreiras para adquirir alimentos nutritivos e acessar espaços seguros para atividades físicas, situação que amplia desigualdades e intensifica a vulnerabilidade a agravos, revelando a necessidade de intervenções estruturais que fortaleçam sistemas alimentares mais justos e ambientes comunitários que favoreçam escolhas saudáveis (Dias *et al.*, 2017).

O ambiente familiar ocupa posição central na formação dos hábitos alimentares e comportamentos relacionados ao cuidado com a saúde, pois padrões culturais, rotinas domésticas e

modelos transmitidos entre gerações influenciam diretamente o desenvolvimento da obesidade, de modo que práticas familiares que privilegiam alimentos industrializados, reduzida prática de atividade física e pouca regulação alimentar tendem a favorecer a consolidação de comportamentos de risco, tornando a família eixo estratégico nas ações de prevenção (Coradini *et al.*, 2017).

A literatura aponta que a infância representa etapa crítica para a internalização dos hábitos que serão reproduzidos ao longo da vida, pois crianças expostas a dietas inadequadas, sedentarismo e estímulos midiáticos que promovem alimentos calóricos demonstram maior propensão a desenvolver obesidade, criando um ciclo que se perpetua na vida adulta, o que torna fundamental a implementação de estratégias educativas, escolares e comunitárias que fortaleçam escolhas alimentares mais equilibradas e ampliem práticas motoras regulares (Jardim & Souza, 2017).

Durante a adolescência, o risco de ganho de peso torna-se ainda mais complexo, dado que a combinação entre transformações hormonais, pressões sociais e maior autonomia alimentar contribui para escolhas nutricionais desreguladas, resultando em padrões alimentares desbalanceados e estilos de vida que incluem longos períodos diante de telas, o que favorece a elevação do peso corporal e amplia as chances de desenvolvimento precoce de comorbidades associadas à obesidade (Neves *et al.*, 2021).

Os determinantes ambientais também exercem influência direta sobre o comportamento alimentar, pois a urbanização intensa, o aumento de deslocamentos automatizados e a redução de áreas destinadas ao lazer configuram um contexto que limita a prática de atividade física, ao mesmo tempo em que a publicidade voltada para alimentos ultraprocessados expande o consumo desses produtos, impactando preferências alimentares e reduzindo o espaço social destinado a escolhas nutritivas (Dias *et al.*, 2017).

Além dos fatores individuais e familiares, é necessário considerar que dimensões psicológicas estão profundamente associadas ao comportamento alimentar, uma vez que condições como ansiedade, estresse e padrões emocionais desregulados podem intensificar o consumo de alimentos calóricos como forma de compensação, criando vínculos afetivos com a comida e dificultando intervenções, o que reforça a importância de modelos de cuidado que incluem abordagens multiprofissionais e acolhimento contínuo (Coradini *et al.*, 2017).

Fatores biológicos, como predisposição genética e metabolismo individual, também exercem relevância na compreensão do ganho de peso, embora atuem de forma interdependente com elementos ambientais e sociais, pois indivíduos geneticamente predispostos podem apresentar maior facilidade para acumular gordura corporal quando expostos a ambientes obesogênicos, realidade que destaca a importância de estratégias que integrem vigilância, aconselhamento nutricional e acompanhamento longitudinal (Carrara *et al.*, 2008).

No campo econômico, observa-se que desigualdades estruturais determinam condições de vida que influenciam diretamente o risco de obesidade, já que populações com menor acesso à educação nutricional, saneamento adequado, transporte ativo e alimentos *in natura* enfrentam dificuldades para adotar comportamentos saudáveis, cenário que amplia a necessidade de políticas públicas capazes de reorganizar sistemas de produção, comercialização e acesso a alimentos (Dias *et al.*, 2017).

O ambiente escolar desempenha missão decisiva na formação de comportamentos relacionados à saúde, pois a escola constitui espaço privilegiado para promover educação alimentar, incentivar práticas corporais e desenvolver estratégias pedagógicas que orientem escolhas nutricionais mais equilibradas, sobretudo entre crianças e adolescentes que se encontram em fases de desenvolvimento intensamente sensíveis às influências externas, reforçando a relevância da adoção de políticas contínuas de promoção da saúde nesse ambiente (Neves *et al.*, 2021).

A análise integrada dos determinantes multifatoriais da obesidade demonstra que o fenômeno deve ser compreendido como resultado de camadas interligadas que incluem comportamentos, estrutura social, condições econômicas e padrões culturais, revelando que estratégias de enfrentamento devem articular intervenções amplas, intersetoriais e sustentadas por evidências científicas, capazes de reduzir desigualdades, promover ambientes saudáveis e melhorar a qualidade de vida das populações afetadas (Fernandes & Costa, 2022).

2.3 REPERCUSSÕES CLÍNICAS, ECONÔMICAS E FAMILIARES DA OBESIDADE

A obesidade projeta desdobramentos clínicos significativos que repercutem diretamente na evolução de doenças crônicas, pois o acúmulo excessivo de gordura corporal está associado a alterações metabólicas que incluem resistência à insulina, inflamação sistêmica e disfunções hormonais, condições que favorecem o surgimento de hipertensão, diabetes mellitus e complicações cardiovasculares, gerando uma cadeia de eventos adversos que amplia a vulnerabilidade dos indivíduos e exige intervenções contínuas dos serviços de saúde para evitar agravamentos e mortalidade precoce (Carrara *et al.*, 2008).

Os impactos clínicos se estendem para múltiplos sistemas orgânicos, abrangendo alterações respiratórias, ortopédicas e endócrinas, que se tornam mais frequentes à medida que o excesso de peso se intensifica, levando ao aumento de hospitalizações e à necessidade de acompanhamento especializado em diversas áreas, o que demonstra que a obesidade deve ser entendida como condição que demanda atenção permanente e ações preventivas que reduzam a incidência de complicações que pressionam os serviços públicos de saúde (Fernandes & Costa, 2022).

O conjunto de efeitos proporcionado pela obesidade repercute também na capacidade laboral dos indivíduos, pois complicações clínicas associadas ao peso corporal prejudicam a produtividade, aumentam a ocorrência de afastamentos e reduzem a estabilidade no trabalho, gerando prejuízos

econômicos que impactam tanto o indivíduo quanto o Estado, conforme demonstram análises que identificam desigualdades salariais e dificuldades de inserção profissional relacionadas ao excesso de peso, especialmente entre mulheres (Lucas *et al.*, 2023).

Essa repercussão econômica amplia a pressão sobre o orçamento público, uma vez que o tratamento das doenças associadas à obesidade exige investimentos contínuos em consultas, exames, medicamentos e procedimentos de média e alta complexidade, o que eleva substancialmente os custos dos sistemas de saúde, evidenciando que intervenções precoces e políticas preventivas são estratégicas para reduzir despesas futuras e aumentar a eficiência da gestão sanitária (Nilson *et al.*, 2020).

As repercussões também se manifestam no ambiente familiar, pois a presença da obesidade em um ou mais membros modifica rotinas domésticas, altera dinâmicas relacionais e amplia a necessidade de reorganização das práticas alimentares e de cuidado, sendo frequente que famílias enfrentem limitações para implementar hábitos saudáveis, o que demonstra a influência do convívio familiar na manutenção e no agravamento da condição, especialmente quando padrões alimentares inadequados são transmitidos entre gerações (Coradini *et al.*, 2017).

No contexto infantil, a presença de obesidade repercute no desenvolvimento físico e emocional da criança, comprometendo a autoestima, favorecendo experiências de discriminação e aumentando o risco de adoecimento futuro, o que reforça a importância de intervenções familiares que modifiquem o ambiente alimentar e estimulem práticas corporais, garantindo condições que favoreçam crescimento saudável em longo prazo e reduzam a probabilidade de agravamentos clínicos (Jardim & Souza, 2017).

Durante a adolescência, os impactos ganham contornos ainda mais complexos, pois o jovem em situação de obesidade enfrenta adversidades relacionadas à identidade corporal, à aceitação social e às pressões externas, que frequentemente resultam em sofrimento psicológico, isolamento e comportamentos alimentares desregulados, reforçando a necessidade de políticas públicas que integrem saúde mental, educação nutricional e incentivo à prática de exercício físico como parte das ações de cuidado ampliado (Neves *et al.*, 2021).

A dimensão psicológica integra o conjunto de repercussões da obesidade, pois sentimentos de estigma e experiências de preconceito contribuem para agravos emocionais que intensificam comportamentos alimentares inadequados, criando ciclos de difícil interrupção, o que demonstra a importância de abordagens terapêuticas sensíveis às necessidades de acolhimento e fortalecimento emocional, especialmente entre populações que enfrentam múltiplas pressões sociais e econômicas (Coradini *et al.*, 2017).

As repercussões clínicas e econômicas tornam evidente a necessidade de ações integradas que articulem prevenção, promoção da saúde e acompanhamento contínuo, pois a obesidade não representa condição isolada, mas se relaciona com contextos socioambientais que influenciam escolhas alimentares, acesso a recursos de saúde e oportunidades de cuidado, demandando estratégias robustas

que contemplem grupos populacionais distintos e respeitem as especificidades territoriais (Dias *et al.*, 2017).

O impacto acumulado da obesidade sobre as estruturas de saúde reforça a importância de intervenções intersetoriais, uma vez que ações restritas ao campo clínico não são suficientes para reduzir a velocidade de crescimento das taxas de excesso de peso, o que exige políticas que envolvam setores da educação, assistência social, agricultura e economia, de modo a construir ambientes saudáveis e fortalecer condições que reduzam o risco de adoecimento em larga escala (Fernandes & Costa, 2022).

O conjunto de repercussões familiares ressalta que estratégias de cuidado precisam considerar práticas coletivas, pois mudanças duradouras na alimentação e na rotina física só se sustentam quando implementadas de maneira compartilhada dentro do ambiente doméstico, o que requer ações educativas que fortaleçam vínculos, disseminem informações confiáveis e ofereçam suporte para reorganização de hábitos que impactam diretamente o estado nutricional dos membros da família (Coradini *et al.*, 2017).

Assim, as repercussões clínicas, econômicas e familiares evidenciam a amplitude do fenômeno da obesidade, reafirmando a necessidade de análises multidimensionais que ampliem a compreensão de suas implicações e ofereçam subsídios para a formulação de políticas públicas eficazes, capazes de reduzir a carga de adoecimento, fortalecer estratégias preventivas e melhorar a qualidade de vida da população em diferentes estágios do ciclo vital (Nilson *et al.*, 2020).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida segundo os princípios da revisão bibliográfica, modalidade que permite examinar criticamente o conhecimento acumulado sobre determinado fenômeno, reunindo produções científicas relevantes para interpretar tendências, avaliar fundamentos teóricos e identificar a evolução do debate acadêmico sobre obesidade e seus impactos na saúde pública, procedimento considerado necessário para estudos que buscam compreender fenômenos complexos e multifatoriais por meio de sínteses amplas e estruturadas (Lakatos & Marconi, 2017).

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir da análise sistemática de estudos científicos selecionados conforme critérios de pertinência, consistência metodológica e relevância temática, garantindo que o material consultado representasse o estado atual das discussões e fornecesse suporte teórico robusto para as interpretações desenvolvidas ao longo do trabalho, em consonância com a concepção de que pesquisas dessa natureza devem priorizar fontes confiáveis e bem fundamentadas para evitar lacunas interpretativas e fortalecer a qualidade da investigação (Gil, 2019).

O processo de leitura e exploração do material selecionado seguiu etapas progressivas que incluíram leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica, permitindo organizar ideias centrais,

identificar convergências entre autores e compreender divergências conceituais que enriquecem o entendimento acerca da obesidade, seu comportamento epidemiológico e suas repercussões sociais, técnica que a literatura metodológica considera fundamental para transformar informações dispersas em conhecimento estruturado e aplicável (Lakatos & Marconi, 2017).

A sistematização do conteúdo obtido possibilitou a construção de categorias temáticas que orientaram a análise apresentada no estudo, pois a revisão bibliográfica, enquanto instrumento de investigação, exige articulação entre diferentes perspectivas teóricas, organização lógica das evidências identificadas e capacidade interpretativa para compreender de que forma cada contribuição se relaciona com o problema central da pesquisa, mantendo rigor analítico e fidelidade às fontes consultadas (Gil, 2019).

A revisão bibliográfica adotada buscou garantir amplitude interpretativa, contemplando produções que abordam dimensões clínicas, epidemiológicas, econômicas, psicossociais e familiares da obesidade, permitindo uma compreensão integrada do tema e possibilitando reflexões que ultrapassam abordagens isoladas, visto que estudos dessa natureza dependem de uma síntese que consiga reunir elementos diversos para formar um panorama coerente sobre o fenômeno investigado e suas repercussões na saúde pública (Lakatos & Marconi, 2017).

Dessa forma, a metodologia de revisão bibliográfica utilizada neste estudo ofereceu suporte para análise consistente e organizada, alinhada às exigências científicas e ao objetivo de compreender o impacto da obesidade no contexto social e sanitário brasileiro, constituindo-se como abordagem adequada para reunir evidências, interpretar dados consolidados e elaborar considerações fundamentadas sobre um agravio que demanda investigação contínua e aprofundada no campo da saúde coletiva (Gil, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que a obesidade se consolidou como uma condição de natureza epidemiológica crescente, caracterizada por modificações profundas nos padrões alimentares e no estilo de vida das populações, o que tem contribuído para elevação contínua de doenças crônicas associadas ao acúmulo de gordura corporal e para o aumento da pressão sobre os sistemas de saúde, reforçando a necessidade de ações integradas que considerem o conjunto de fatores que sustentam esse processo em diferentes contextos sociais (Fernandes & Costa, 2022).

Os resultados demonstraram que mudanças nas rotinas alimentares, associadas à ampla disponibilidade de produtos ultraprocessados, influenciaram diretamente a prevalência da obesidade, cenário que compromete a ingestão de nutrientes essenciais e favorece padrões dietéticos ricos em calorias e aditivos, gerando repercussões metabólicas e inflamatórias que aumentam o risco de

hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas que exigem acompanhamento contínuo e intervenções estruturadas no âmbito da saúde pública (Carrara *et al.*, 2008).

A literatura analisada apontou que desigualdades socioeconômicas exercem influência decisiva no desenvolvimento da obesidade, pois indivíduos e famílias com menor acesso a alimentos nutritivos e ambientes que favoreçam práticas saudáveis enfrentam barreiras persistentes para adoção de comportamentos protetivos, revelando que políticas públicas devem estar alinhadas às demandas territoriais e à criação de estratégias que reduzam a vulnerabilidade de grupos expostos a condições de vida mais restritivas (Dias *et al.*, 2017).

Os estudos também destacaram o encargo central da família no processo de formação de hábitos alimentares e no estabelecimento de padrões de cuidado que podem contribuir para a manutenção ou interrupção do ciclo da obesidade, pois comportamentos compartilhados, rotinas alimentares inadequadas e vínculos afetivos construídos em torno da comida exercem influência significativa na evolução da doença, tornando o ambiente familiar alvo importante de intervenções preventivas e educativas (Coradini *et al.*, 2017).

A presença crescente da obesidade infantil e adolescente foi identificada como um dos pontos mais sensíveis nas análises, visto que crianças e jovens expostos a padrões alimentares desbalanceados e estilos de vida sedentários apresentam maior probabilidade de desenvolver doenças crônicas na fase adulta, o que reforça a urgência de estratégias escolares e comunitárias que promovam comportamentos saudáveis e ampliem a compreensão sobre a importância da alimentação equilibrada e da prática regular de atividade física (Jardim & Souza, 2017).

No período da adolescência, os resultados indicaram que a interação entre transformações hormonais, influências midiáticas e maior autonomia para escolhas alimentares contribui para intensificação dos riscos, particularmente em ambientes urbanos onde a oferta de alimentos ultraprocessados é elevada, situação que amplia a necessidade de programas de saúde pública voltados a esse grupo etário, com ênfase em educação nutricional, fortalecimento de habilidades sociais e incentivo à prática de atividades físicas regulares (Neves *et al.*, 2021).

Os achados evidenciaram que a obesidade produz impactos expressivos sobre a economia e o mercado de trabalho, afetando produtividade, rendimento salarial e inserção profissional, especialmente entre mulheres, pois a doença influencia fatores como disposição física, saúde mental e frequência de afastamentos por motivos clínicos, demonstrando que os efeitos da obesidade transcendem questões fisiológicas e interferem diretamente na estrutura socioeconômica e nas oportunidades laborais (Lucas *et al.*, 2023).

A literatura revisada demonstrou ainda que os custos associados ao tratamento de doenças decorrentes da obesidade representam parcela significativa dos gastos públicos em saúde, abrangendo despesas com consultas, exames, hospitalizações, medicamentos e procedimentos de média e alta

complexidade, o que indica que a prevenção deveria ocupar posição prioritária nas agendas governamentais, visto que ações preventivas têm potencial para reduzir substancialmente o impacto orçamentário ao longo dos anos (Nilson *et al.*, 2020).

Os resultados enfatizaram que ambientes obesogênicos, caracterizados por estímulos que favorecem o consumo de alimentos de alto teor calórico e dificultam a prática de atividade física, precisam ser transformados por meio de políticas de regulação e promoção da saúde, pois esses ambientes influenciam escolhas individuais e coletivas, contribuindo para comportamentos que elevam o risco de adoecimento e restringem o desenvolvimento de práticas de autocuidado, especialmente em populações urbanas densas (Dias *et al.*, 2017).

A revisão permitiu identificar que a obesidade está vinculada a processos de sofrimento emocional que interferem no comportamento alimentar, uma vez que estigma, culpa e isolamento social dificultam estratégias terapêuticas e podem intensificar o consumo alimentar inadequado como forma de regulação emocional, o que reforça a importância de abordagens interdisciplinares que integrem saúde física e mental em programas públicos de cuidado contínuo (Coradini *et al.*, 2017).

A análise integrada dos estudos evidenciou que o enfrentamento da obesidade exige intervenções que articulem setores como saúde, educação, assistência social e economia, pois respostas fragmentadas não são capazes de modificar o cenário atual, sendo imprescindível que políticas públicas promovam mudanças estruturais, assegurem acesso a alimentos saudáveis, ampliem espaços de convivência e consolidem ações permanentes de promoção da saúde em diferentes territórios (Fernandes & Costa, 2022).

Assim, os resultados apresentados reforçam que a obesidade deve ser tratada como questão coletiva que envolve múltiplas dimensões e requer estratégias de longo prazo, sustentadas por evidências científicas e orientadas para a redução das desigualdades, para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a construção de redes de cuidado que ofereçam suporte contínuo às populações mais vulneráveis, assegurando melhoria da qualidade de vida e redução das cargas clínicas e econômicas associadas ao excesso de peso (Lucas *et al.*, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a obesidade se consolidou como um fenômeno complexo e multifacetado, articulando dimensões biológicas, sociais, econômicas e culturais que se entrelaçam na formação de padrões alimentares e comportamentais, revelando que abordagens restritas a intervenções clínicas não são suficientes para responder ao avanço contínuo desse agravo que afeta diferentes grupos populacionais e modifica de forma significativa a dinâmica dos sistemas de saúde, exigindo estratégias amplas e integradas que contemplam realidades diversas e necessidades específicas em cada território.

Observou-se que o crescimento consistente da obesidade no Brasil reflete transformações profundas nos hábitos de vida e na organização dos ambientes urbanos, nos quais a disponibilidade ampla de alimentos industrializados e o predomínio de rotinas sedentárias funcionam como elementos que intensificam riscos e limitam a adoção de práticas saudáveis, contexto que reforça a importância de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e à conscientização nutricional como ferramentas indispesáveis para reverter tendências epidemiológicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

Ficou evidente que as desigualdades socioeconômicas desempenham função central na determinação do risco de obesidade, pois dificuldades de acesso a alimentos nutritivos, escassez de espaços seguros para atividade física e carências estruturais nas comunidades configuram um conjunto de obstáculos que perpetuam comportamentos prejudiciais e ampliam fragilidades, sendo indispesável que políticas públicas considerem essas barreiras estruturais para formular respostas mais equitativas e direcionadas às populações que enfrentam maiores barreiras em seu contexto cotidiano.

As discussões também mostraram que a família ocupa posição estratégica na formação dos hábitos alimentares ao longo da vida, já que comportamentos e rotinas domésticas influenciam escolhas, percepções sobre o corpo e modos de relação com a alimentação, demonstrando que intervenções eficazes precisam alcançar o ambiente familiar, oferecendo suporte educativo e ampliando a capacidade das famílias de construir práticas cotidianas que favoreçam o equilíbrio nutricional e a adoção de estilos de vida mais ativos.

Verificou-se que crianças e adolescentes constituem grupos particularmente vulneráveis ao desenvolvimento da obesidade, considerando que vivenciam fases de intensa transformação física, emocional e social, tornando-os mais suscetíveis a padrões alimentares inadequados e sedentarismo, o que exige políticas escolares duradouras, mecanismos de proteção contra estímulos alimentares prejudiciais e ações de apoio que fortaleçam comportamentos saudáveis, criando condições favoráveis para desenvolvimento pleno e para prevenção de doenças na vida adulta.

A investigação evidenciou que os impactos da obesidade vão além das complicações clínicas, alcançando esferas econômicas e sociais, pois a redução da capacidade laboral, o aumento do absenteísmo e a intensificação de desigualdades no ambiente de trabalho demonstram que o fenômeno repercute de forma ampla nas dinâmicas produtivas do país, gerando custos significativos para o sistema público de saúde e para a economia, o que sinaliza a urgência de iniciativas preventivas capazes de reduzir gastos futuros e promover sustentabilidade nos serviços de atenção à saúde.

A partir da síntese apresentada, comprehende-se que ações intersetoriais constituem eixo fundamental para o enfrentamento da obesidade, já que nenhum setor isolado é capaz de modificar o conjunto de fatores que sustentam o avanço desse agravo, tornando indispesável a articulação entre

saúde, educação, assistência social, agricultura e planejamento urbano para ampliar o acesso a ambientes saudáveis, incentivar práticas alimentares equilibradas e fortalecer políticas que garantam suporte contínuo às populações mais vulneráveis.

Por fim, este estudo permite afirmar que a obesidade deve ser tratada como prioridade de saúde pública, uma vez que seus impactos clínicos, econômicos e sociais interferem de maneira profunda na vitalidade da população e na sustentabilidade dos sistemas de cuidado, reforçando a necessidade de estratégias de longo prazo, sustentadas por evidências e orientadas por princípios de equidade, prevenção e promoção, capazes de construir trajetórias coletivas mais saudáveis e contribuir para a redução consistente das cargas de adoecimento relacionadas ao excesso de peso.



REFERÊNCIAS

- CARRARA, A. P. B. et al. Obesidade: um desafio para a saúde pública. *Revista do Instituto de Ciências da Saúde*, v. 26, n. 3, p. 299-303, 2008.
- CORADINI, A. O.; MORÉ, C. L. O. O.; SCHERER, A. D. Obesidade, família e transgeracionalidade: uma revisão integrativa da literatura. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 58, p. 17-37, 2017.
- DIAS, P. C. et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 7, p. 1-15, 2017.
- FERNANDES, N. G.; COSTA, F. N. Impacto do número crescente de casos de obesidade na saúde pública: uma revisão. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, e173111638085, 2022.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- JARDIM, J. B.; SOUZA, I. L. Obesidade infantil no Brasil: uma revisão integrativa. *Journal of Management and Primary Health Care*, v. 8, n. 1, p. 66-90, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUCAS, M. S.; FAVORETTO, C. K.; BONDEZAN, K. L. Impacto da obesidade adulta no mercado de trabalho brasileiro. *Economia e Sociedade*, v. 32, p. 1-22, 2023.
- NEVES, S. C. et al. Os fatores de risco envolvidos na obesidade no adolescente: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, supl. 3, p. 4871-4884, 2021.
- NILSON, E. A. F. et al. Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, e32, 2020.